



**PARECER PRÉVIO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10788/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Mecias Pereira Batista (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Francisco Rodrigues de Menezes e Silva - 9771 e Ana Lucia Salazar de Souza - 7173
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1863/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Mecias Pereira Batista** na Prefeitura de Barreirinha, no exercício financeiro de 2014, na função de Agente Político, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96.

- 11- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



**PARECER PRÉVIO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**JOAO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10788/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Mecias Pereira Batista (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Francisco Rodrigues de Menezes e Silva - 9771 e Ana Lucia Salazar de Souza - 7173
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1863/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2014.

Ofício. Irregularidade. Alcance. Multa.  
Recomendação. Comunicação. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Oficiar** a Câmara Municipal de Barreirinha, determinando o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico, do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Mecias Pereira Batista**, responsável pela Prefeitura Municipal de Barreirinha, no curso do exercício de 2014, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” e 25 da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades de sua responsabilidade apontada no corpo deste Relatório/Voto;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Mecias Pereira Batista** no valor de **R\$ 2.452.920,29** (dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte e nove centavos) que devem ser



**ACÓRDÃO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barreirinha, nos moldes do art. 304 e 305 da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

**DICAMI:**

- Não comprovação de gastos com Combustíveis - R\$ 403.269,65 (restrição 01);
- Não comprovação de gastos com diárias - R\$ 270.056,67 (restrição 8);

**DICOP:**

Ressarcir ao erário a totalidade do débito apurado, no valor de R\$ 394.882,43 (Trezentos e Noventa e Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta e Três Centavos).

**DICREA:**

- Juros e multas pagas nas Guias de Recolhimento do INSS, na quantia de R\$ 125.627,03 (restrição 13);
- Juros e multas pagas nas Guias de Recolhimento do FAPESB, na quantia de R\$ 178.600,88 (restrição 14);
- Despesas realizadas em espécie não comprovadas, na quantia de R\$ 439.700,00 (restrição 21);
- Despesas realizadas em espécie não comprovadas, na quantia de R\$ 344.224,75 (restrição 22);
- Despesas não comprovadas, na quantia de R\$ 296.558,88 (restrição 24).

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Mecias Pereira Batista no valor de R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), relativamente às restrições 1 a 29 constantes no Relatório Conclusivo nº 99/2015 da DICAMI, as restrições referentes ao Convite nº 022A/2014, Convite nº 075/2014, Convite nº 098/2014, Convite nº 132/2014, Convite nº 140/2014, Tomada de Preços nº 002/2013 e Tomada de Preços nº 003/2013, constantes no Relatório Conclusivo nº 106/2015-DICOP, bem com as restrições 1 a 24 constantes no Relatório Conclusivo nº 14/2015-DICREA, listadas no corpo deste Voto, não sanadas, nos termos do art. 54 da Lei nº 2423/96 c/c art. 308 da Resolução 04/2002-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo**



**ACÓRDÃO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**de Quitação.** O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Barreirinha que:

- a) Cumpra o estipulado no art. 94 da Lei 4.320/64 que estabelece os registros analíticos bens de caráter permanente quanto aos elementos necessários para a caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração;
- b) Providencie tempestivamente junto aos órgãos competentes o repasse da Contribuição Previdenciária, em atenção ao art. 40 da CF/88;
- c) Cumpra os prazos de encaminhamentos das informações da Prefeitura de Barreirinha ao E-Contas em atenção a Resolução n. 13/2015;
- d) Realize um controle efetivo dos gastos com combustíveis;
- e) Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames da Lei 8.666/93 e demais leis relacionadas a licitações e contratos;
- f) Mantenha recursos financeiros ao final do exercício em instituição financeira, de forma a salvaguardar os recursos públicos;
- g) Atualize o pagamento de débitos em atraso junto ao INSS;
- h) Adote as medidas cabíveis no que se refere ao retorno ao limite de gastos com pessoal, como explana o art. 23 da LC 101/00 c/c art. 169, §§ 3º e 4º, da CF/88.

**10.6. Comunicar** à Sec. da Receita Federal do Brasil, com fulcro no art. 2º da Lei 11.457/2007 acerca das restrições 13 e 14 do Relatório Conclusivo nº 14/2015-DICREA apontadas no corpo do Relatório/Voto, por ser de sua competência a fiscalização sobre as contribuições sociais, previdenciárias e/ou tributárias;

**10.7. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**11- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 49/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral